



Ministério da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Concurso Público

Nível Superior

Cargo 7:
CONTADOR

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 6/3/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e cinquenta** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 150**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **7/3/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **8 e 9/3/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **31/3/2005** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: locais mencionados no item I e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2004 – MEC, de 30/11/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 13

1 A decisão do governo estadual de fechar escolas rurais
com reduzido número de alunos provocou imediata reação das
comunidades atingidas e deflagrou uma polêmica nos meios
educacionais. Deve o Estado continuar investindo em uma
estrutura escolar que atende meia dúzia de crianças quando pode
deslocá-las para uma escola maior em outro centro? Do ponto
de vista econômico, ninguém pode ter dúvidas de que a atitude
mais racional é garantir transporte para que essas crianças
completem seus estudos em escolas maiores. Mas a questão
educacional é mais complexa. Se uma só dessas crianças desistir
de estudar por causa da alteração, a medida já se constituirá em
fracasso, pois a verdadeira prioridade da educação tem de ser o
aluno.

Embora a secretaria de educação insista em que o
chamado programa de nucleação ainda está em estudos e que as
soluções serão compartilhadas com as comunidades, os
moradores de pequenas localidades têm motivos para se
preocupar. O encaminhamento das crianças para escolas
distantes, ainda que a prefeitura ou o estado ofereçam transporte
adequado, é sempre um desestímulo à continuidade dos estudos.

Evidentemente, cada caso deve ser examinado
separadamente. Parece mesmo absurdo que uma escola pública
seja colocada em funcionamento para atender a apenas um
aluno. Mas é fundamental reconhecer que esse aluno merece
total atenção do Estado, não pode ter sua formação interrompida
nem dificultada. Tanto a Constituição Federal quanto a estadual
garantem a educação como direito de todos e dever do Estado
e da família, assegurando, ainda, igualdade de condições para o
acesso e a permanência na escola.

São esses fatores que devem ser levados em conta na
decisão de fechar ou não uma escola pequena no meio rural.
Não basta ao poder público oferecer vagas em uma escola maior
em outra localidade, se não levar em conta o tempo que o aluno
despenderá para se locomover ou até mesmo as condições
emocionais da família para ficar longe da criança por
determinado período do dia.

O argumento da sociabilidade é relativo. Ainda que seja
saúdável para a criança conviver com grupos maiores, também
pode ser mais produtivo do ponto de vista da aprendizagem
estudar em uma turma pequena, que pode receber melhor
acompanhamento dos professores. Há ainda um derradeiro fator
que não pode ser desconsiderado: a escola, por menor que seja,
é sempre um ponto de referência cultural para a comunidade.

Existe até uma máxima que merece reflexão em um
momento em que se discute o fechamento de pequenas escolas
no meio rural: uma sociedade que não constrói escolas acaba
tendo que construir presídios.

A verdadeira prioridade. In: Zero Hora. Editoriais, 23/1/2005, p. 12 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas do texto I, julgue os
itens a seguir.

- 1 Infere-se do texto que já foram fechadas pelo governo estadual algumas escolas rurais com reduzido número de alunos.
- 2 Depreende-se do texto que o fechamento das escolas rurais, na situação descrita, é defensável do ponto de vista econômico mas controverso do ponto de vista educacional e social.
- 3 O autor do texto defende que uma escola que tenha inscrito apenas um aluno não deve ser fechada caso a transferência desse aluno para outra escola coloque em risco a continuidade de sua formação.
- 4 De acordo com o texto, o fechamento de escolas no presente implica a construção de presídios no futuro.
- 5 Na linha 2, a troca de posição entre as palavras “imediate” e “reação” (l.2) ocasiona mudança na função sintática dessas palavras, embora o sentido do texto não se altere.
- 6 As palavras “polêmica”, “econômico”, “público” e “período” recebem sinal gráfico de acento pela mesma razão.
- 7 O primeiro período do segundo parágrafo (l.14-18) pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, pelo seguinte período: mesmo a Secretaria de Educação insistindo em que o chamado programa de nucleação ainda está em estudos e que se compartilhará a solução com as comunidades, os moradores de pequenas localidades têm motivo para se preocuparem.
- 8 A expressão “esses fatores” (l.30) diz respeito ao tempo que o aluno despenderá para se locomover e às condições emocionais da família cuja criança ficará longe por determinado período do dia.
- 9 O sentido de “derradeiro” (l.41) se opõe ao de **primeiro** e ao de **inicial**.

Texto II – itens de 10 a 20

1 Qualquer debate sobre o fechamento ou não de escolas
com menos de 50 alunos — ou de 40, 20 ou 10 — precisa
começar pela difícil tarefa de separar a paixão da razão. Fechar
4 escolas é impopular, triste, assustador, aparentemente
contraditório com a prioridade à educação, que qualquer
governo tem de dar. Mas, às vezes, isso é necessário, até para
7 qualificar a educação. Por mais legítimas que sejam as
preocupações das comunidades que têm escolas ameaçadas de
fechamento, não dá para fugir de uma avaliação serena da
10 conveniência de manter uma estrutura funcionando de forma
precária ou transferir os poucos alunos para outra instituição.
Não se trata só de pensar em dinheiro, mas de racionalização do
13 uso dos recursos e de como se pode oferecer ensino de
qualidade.

Nos últimos anos, dezenas de escolas foram fechadas no
16 interior de estados, por escassez de alunos. A esse processo
deu-se o nome de nucleação. O objetivo era evitar que crianças
de quatro séries diferentes estudassem na mesma sala, com
19 professora única tendo de se multiplicar para ministrar
conteúdos distintos. Transferidas para escolas maiores, crianças
que até então só conheciam giz e quadro-negro passaram a
22 conviver com bibliotecas, laboratórios e recursos audiovisuais.

Não é o fechamento de uma escola de três ou quatro
alunos que produz o êxodo rural. Foram as migrações e a
25 (saudável) redução do número de filhos por família que
provocaram o fechamento de dezenas de escolas nos últimos
anos. O que o poder público precisa garantir é transporte para
28 que essas crianças freqüentem a escola mais próxima.

Para evitar o êxodo, é necessário muito mais do que
negar às crianças do campo o contato com os colegas da cidade.
31 Políticas públicas que tornem atrativa a agricultura familiar e
programas para levar energia aos confins do estado podem ser
muito mais eficazes.

Rosane de Oliveira. *Fechar escolas*. In: *Zero Hora*, 23/1/2005, p. 10 (com adaptações).

Com base nos textos I e II, julgue os próximos itens.

- 10 Os dois textos expressam pontos de vista distintos com
relação ao fechamento das escolas rurais com pequeno número
de alunos.
- 11 O texto I é uma crítica, enquanto o texto II é
dissertativo-argumentativo.
- 12 Depreende-se da leitura do texto I que, nas políticas públicas
sobre educação, as razões econômicas, também mencionadas
no texto II, devem estar subordinadas às razões educacionais.

13 Nos dois textos, a política de nucleação é apresentada
como um fato, ou seja, como uma política implementada
pelos governos estaduais e avaliada pelo governo federal.

14 Da perspectiva do texto II, as comunidades que têm
escolas ameaçadas de fechamento tratam dessa questão de
maneira passional.

15 Na linha argumentativa do texto II, a possibilidade de
crianças de escolas menores serem transferidas para
escolas maiores, onde passam a conviver com bibliotecas,
laboratórios e recursos audiovisuais, faz parte de um
argumento a favor de uma política de nucleação e de
redução de custos do ensino público oferecido pelo
Estado.

Com relação ao texto II, julgue os itens subsequentes.

16 Sem prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical
do texto, o período “Nos últimos anos, dezenas de escolas
foram fechadas no interior de estados, por escassez de
alunos” (ℓ.15-16) poderia ter sido escrito como:
Nos últimos anos, fechou-se dezenas de escolas no
interior do estado por escassez de alunos.

17 A oração **Se fossem transferidas para escolas maiores**
guarda a mesma função sintática e o mesmo sentido da
oração “Transferidas para escolas maiores” (ℓ.20), sendo,
portanto, correta uma possível substituição desta por
aquela.

18 A inserção de uma vírgula logo depois de “crianças”
(ℓ.20) e de uma outra logo após “quadro-negro” (ℓ.21)
altera o sentido do texto.

19 As formas verbais “Foram” (ℓ.24) e “provocaram” (ℓ.26)
podem ser substituídas por **foi** e **provocou**,
respectivamente, sem prejuízos para o sentido ou para a
correção gramatical do texto.

20 Se, no texto, a expressão utilizada fosse **à crianças do
campo** no lugar de “às crianças do campo” (ℓ.30), a crase
estaria sendo empregada incorretamente, uma vez que,
nessa hipótese, o “a” que antecede o substantivo é apenas
uma preposição.

Texto III – itens de 21 a 30

1 No ano passado, um físico colega meu, Lawrence Krauss, visitou minha universidade. Krauss é um conhecido popularizador de ciência, autor de livros como **A Física de Jornada das Estrelas**. Saímos para almoçar e a conversa caiu no tema do criacionismo. Krauss foi categórico: “Só o ato de debater com criacionistas lhes dá uma credibilidade que não merecem”.

4 Eu discordei. “Larry, acho que essa atitude radical só piora as coisas. Se cientistas, sempre prontos a debater entre si, não se dignarem a ir a público para expor as limitações do criacionismo, como iremos vencer?” “Perda de tempo”, replicou. “Eles não estão dispostos a ouvir. É pregar para surdos.”

7 “É verdade que existe uma minoria radical que não vai mesmo mudar de idéia”, respondi. “Mas a maioria das pessoas é razoável. Se argumentos claros forem apresentados, acho que irão ouvir sim. Ninguém quer ser chamado de burro ou se sentir roubado de sua fé. Porque é isso, percebe? As pessoas acham que, quanto mais a ciência avança, menos justificativa têm para

10 acreditar em Deus. E isso é algo que poucos podem suportar.”

O argumento-chave do criacionismo e do *design* inteligente é que a evolução não pode ser definitivamente provada com os dados que existem, os fósseis de espécies extintas. Segundo a teoria, os indivíduos de uma população têm variações genéticas.

13 Essas raras mutações ocorrem por acaso. A complexidade observada nas espécies é produto da seleção natural, que favorece as variações mais bem adaptadas ao ambiente. Os criacionistas dizem que existem buracos demais, que a complexidade do ser humano não pode ser explicada apenas por mutações e seleção natural. Somos, segundo eles, produto de um criador, que tinha

16 planos bem claros.

O *design* inteligente vai contra a premissa fundamental da ciência, a sua objetividade por meio da validação empírica. Cientistas propõem teorias. Essas teorias são passíveis de verificação. A genética provou a origem comum do gene. Jamais teremos

19 todas as respostas, mas temos muitas. E cada vez mais. Invocar Deus para preencher lacunas em nosso conhecimento não avança o saber. É preciso ter coragem para aceitar nossas limitações.

Marcelo Gleiser. **O desafio criacionista**. In: **Folha de S. Paulo**. “Micro/Macro”, 23/1/2005, p. 9 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas do texto III, julgue os itens seguintes.

21 O texto apresenta características de um texto opinativo, as quais são compatíveis com a maioria das comunicações oficiais do poder público brasileiro.

22 O texto, por filiar-se ao gênero dos textos acadêmico-científicos, apresenta-se na forma narrativa.

23 Nos dois primeiros parágrafos, o autor descreve o antagonismo entre sua concepção e a de seu colega, Lawrence Krauss, quanto ao que seja o criacionismo.

24 Infere-se do texto que o criacionismo não é uma proposta científica.

25 O texto, por meio de comprovações, desenvolve o argumento de que há incompatibilidade entre ciência e religião.

26 Na linha 3, a palavra “categórico” está sendo usada no sentido de **taxativo**.

27 A correção gramatical e as idéias do texto seriam mantidas caso se substituísse a palavra ‘Porque’ (ℓ.9) pela expressão **Por que**.

28 Na linha 12, “a teoria” é a teoria criacionista.

29 Na oração “que tinha planos bem claros” (ℓ.15-16), o pronome “que” substitui a expressão “produto de um criador” (ℓ.15).

30 No caso hipotético de Lawrence Krauss e Marcelo Gleiser serem professores de universidades brasileiras e haver necessidade institucional de se corresponderem, eles devem, de acordo com as normas de comunicações oficiais, utilizar a forma de tratamento **Vossa Senhoria** quando se dirigirem um ao outro.

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre começou como uma paródia birrenta da reunião dos ricos e poderosos em Davos. Uma malcriação, uma inconseqüência de crianças. Pelo menos foi assim que a nossa grande imprensa o viu, no início. A repercussão internacional do Fórum e a sua própria expansão de ano para ano acabaram aos poucos com o desprezo da grande mídia, que continua neoliberal de coração mas, ultimamente, disposta a examinar as opções.

Mas persiste a idéia de que em Davos se reúne gente grande e aqui, menores chorões. Lá, questões concretas, aqui, abstrações sortidas levando a nada. Mas sabe qual vai ser o assunto dominante nos escaninhos de Davos, mesmo que não conste dos debates oficiais? O déficit norte-americano agravado pela guerra e o efeito arrasador do seu financiamento sobre as economias e o equilíbrio cambial de todo o mundo. Ou sobre o futuro imediato de um capitalismo refém da mais etérea abstração de todas, a do custo arbitrário de um dinheiro que nunca desce à terra.

Enquanto isso, em Porto Alegre, se estará discutindo, entre algumas criancices, o uso do chão, a boa manutenção do planeta, a preservação da água e a justa distribuição do pão. E a realidade mais concreta de todas: a vida humana, como protegê-la e como dignificá-la. Porto Alegre, dez a zero.

Luis Fernando Verissimo. *O fórum concreto e o fórum abstrato. In: O Estado de S. Paulo, "Caderno 2", 27/1/2005, p. D10 (com adaptações).*

A partir do texto acima e considerando aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea, julgue os itens subseqüentes.

- 31 Em linhas gerais, o Fórum Social Mundial — que a ironia do texto classifica de abstrato — surge como uma espécie de contraponto ao Fórum Econômico Mundial, encontro anual que reúne, nos Alpes suíços, algumas das mais representativas instituições e lideranças do atual capitalismo globalizado e convidados delas.
- 32 O lema surgido já no primeiro encontro de Porto Alegre — “uma outra globalização é possível” — traduz o fim último do Fórum Social Mundial, qual seja, a categórica recusa em aceitar o processo de globalização da economia mundial e o compromisso de lutar por sua completa reversão.
- 33 Ao afirmar que a grande mídia “continua neoliberal de coração mas, ultimamente, disposta a examinar opções”, o texto reitera sua opinião quanto ao grau de comprometimento dos poderosos veículos de comunicação na defesa de uma ordem econômica subordinada aos ditames do denominado livre mercado.
- 34 Esboçado nos anos 80 (Era Reagan-Thatcher) e consolidado na década seguinte, o Consenso de Washington fixou pontos considerados essenciais ao bom funcionamento de economia contemporânea, assentados, entre outros aspectos, na abertura dos mercados, na flexibilização das leis de proteção ao trabalho e na redução do papel do Estado na vida econômica.

35 Em geral, as propostas ditas neoliberais não tiveram boa acolhida na maioria dos países latino-americanos, cujos governos, pressionados por um quadro de aguda crise econômica e temerosos de repercussões sociais, optaram, na década passada, por um Estado economicamente empreendedor e indutor do desenvolvimento.

36 Infere-se do texto que uma decisão política, como a da invasão do Iraque, tomada por Washington e apoiada por outros países, repercute intensamente na economia, quer por ampliar a capacidade de acumulação de países ricos, como a dos Estados Unidos da América (EUA), quer por favorecer o equilíbrio entre receita e despesa das contas públicas desses países.

37 A referência ao sistema econômico como “refém da mais etérea abstração de todas, a do custo arbitrário de um dinheiro que nunca desce à terra”, expressa a convicção do autor do texto de que o capitalismo de base financeira há muito perdeu sua hegemonia e foi substituído pela força arrasadora dos capitais diretamente envolvidos na produção.

38 Ironias à parte, o texto é claro ao defender a posição de que as questões essenciais, justamente aquelas que dizem respeito à vida dos seres humanos e à preservação do próprio planeta, são debatidas no Fórum Social Mundial.

Avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC), comprova com números o que a maioria dos brasileiros sabe por instinto. Os estudantes que têm o pior desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em estágio considerado muito crítico no conhecimento da língua portuguesa, estão concentrados na região Nordeste, em cidades com menos de 200 mil habitantes, trabalham, já foram reprovados alguma vez e vêm de famílias de baixa escolaridade. Eles compartilham ainda outras características: a maioria não tem nenhum familiar que os acompanhe na vida escolar e não recebe carinho dos professores. A região Norte é a segunda com maior índice de alunos em estágio muito crítico, com 21,2%, sendo que o menor percentual está no Sul (11,6%).

Jornal do Brasil, 15/9/2004, p. A6 (com adaptações).

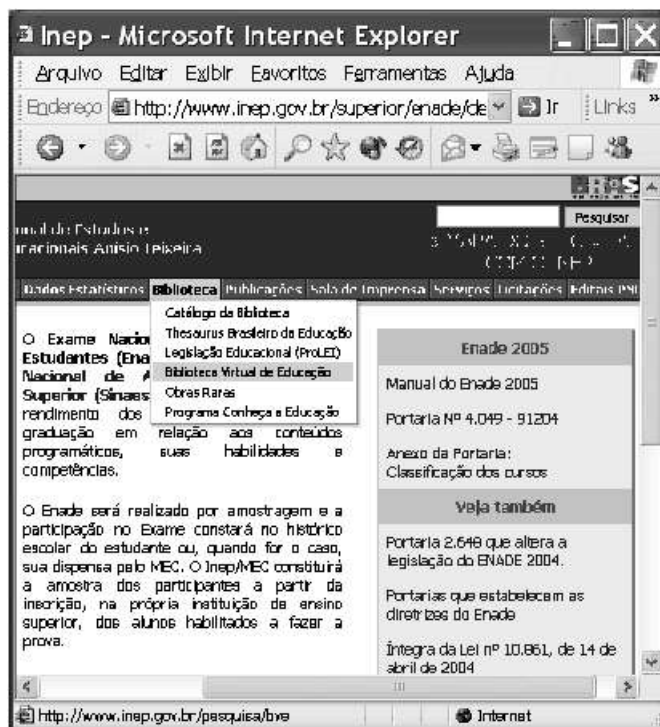
Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos significativos do cenário educacional brasileiro, julgue os itens seguintes.

39 As indicações contidas no texto permitem que se chegue, entre outras, à conclusão de que o baixo desempenho escolar acompanha o mapa da pobreza no Brasil.

- 40 Para os especialistas, um dos fatores que explicam os maus resultados da educação básica no país é a inexistência de processos sistemáticos de avaliação do sistema educacional brasileiro, sem os quais as correções se tornam bastante dificultadas.
- 41 Ao apontar algumas características partilhadas por alunos de baixo rendimento, conforme constatado pelo SAEB, o texto sugere que a carência de atenção e de afeto está entre os determinantes do insucesso escolar.
- 42 Ao contrário do que ocorre nas áreas fazendária e da saúde, o federalismo brasileiro praticamente não funciona no campo da educação. Exemplo disso é o ensino fundamental, uma espécie de terra de ninguém, em que se misturam ações e responsabilidades diretas da União, dos estados e dos municípios.
- 43 Em face dos maus resultados colhidos pelo SAEB, há praticamente consenso em torno de um conjunto de fatores que interfere no desempenho dos estudantes, a exemplo, entre outros, da pobreza e da falta de acesso a bens culturais.
- 44 Estudos técnicos e observação empírica demonstram que uma comunidade escolar participativa, além de diretores e professores mais preparados, exerce reduzida — quando nenhuma — influência na melhoria do desempenho dos alunos matriculados nas três etapas da educação básica.
- 45 A falta de acesso à educação infantil e a baixa escolaridade dos pais são fatores de forte impacto na aprendizagem de alunos do ensino fundamental, o que ajuda a compor o problemático quadro estatístico a que o texto se reporta.

Acerca da Lei n.º 8.112/1990 e suas atualizações, julgue os seguintes itens.

- 46 O servidor inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão não terá cassada sua aposentadoria.
- 47 Far-se-á, imediatamente, em uma única parcela, a reposição ao erário quando constatado o pagamento indevido no mês anterior ao processamento da folha.
- 48 Servidor público, sem qualquer impedimento, empossado no dia 15 de janeiro de 2005, poderá entrar em exercício no dia 3 de março de 2005.
- 49 Independentemente de compensação de horário, será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial.
- 50 O servidor não ficará obrigado a restituir ajuda de custo quando, justificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 dias.



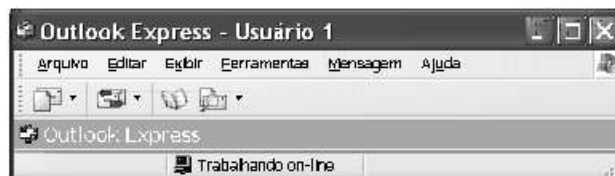
A partir da figura acima, que ilustra uma janela do Internet Explorer 6 (IE6), julgue os itens subsequentes.

- 51 Considerando uma implementação padrão/convencional de páginas web, o efeito de opção *menu* selecionada visualizada em **Biblioteca Virtual de Educação** pode ter sido obtido clicando-se com o botão esquerdo do *mouse* o objeto **Biblioteca** e posicionando-se o ponteiro do *mouse* sobre o recurso desejado.
- 52 As informações contidas na janela do IE6 são suficientes para se concluir que a página web ilustrada foi carregada utilizando-se recursos de uma conexão por linha criptografada.

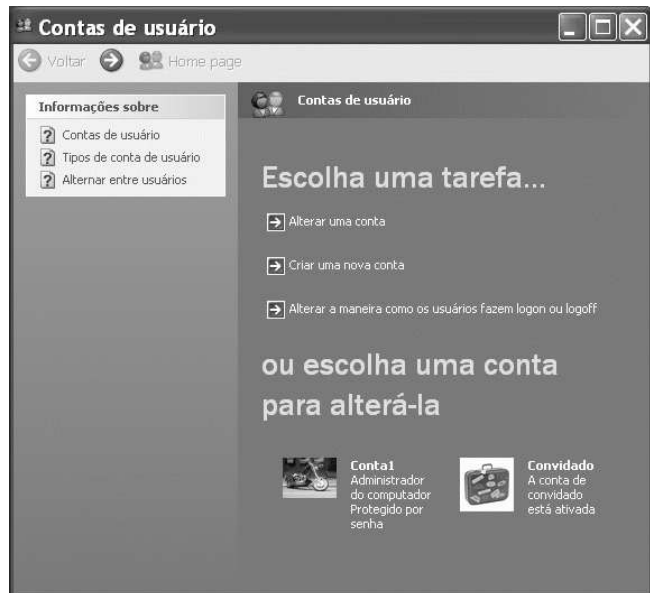


Com relação à janela ilustrada acima, julgue os itens seguintes.

- 53 A janela pode ter sido executada clicando-se opção existente em *menu* da janela do Outlook Express 6 ilustrada abaixo.



- 54 Ao se clicar o botão **Site da Web...**, será iniciado processo de acesso a página web referente a Serviço de diretório na Internet VeriSign.



Considere que a janela ilustrada acima esteja sendo executada em um computador do tipo PC, cujo sistema operacional é o Windows XP. Com relação às funcionalidades acessíveis a partir dessa janela, julgue os itens seguintes.

- 55 Essa janela pode ser executada a partir dos recursos disponibilizados na janela Painel de controle do Windows XP.
- 56 A partir das funcionalidades da janela ilustrada, é possível se definir senha para cada conta de usuário criada, bem como o tipo dessa conta, o que permite restringir permissões para mudanças de determinadas configurações do computador.

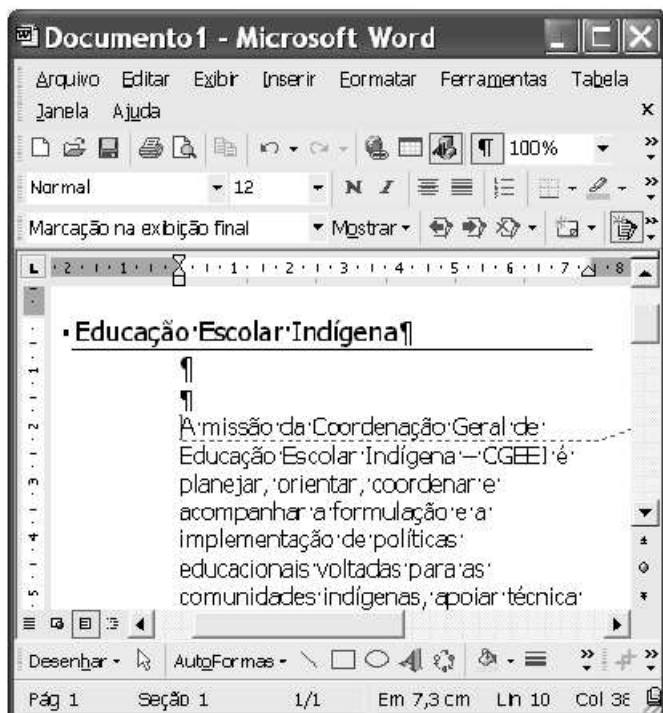
Julgue os itens seguintes, relativos a comandos Linux, em modo *bash*.

- 57 Por meio do comando `df`, é possível se determinar a quantidade de espaço de memória ocupado em disco.
- 58 O Linux é um sistema operacional que permite que diversos usuários compartilhem os recursos de uma máquina. Para se determinar quais usuários estão compartilhando determinada máquina, é correto o uso do comando `who`.







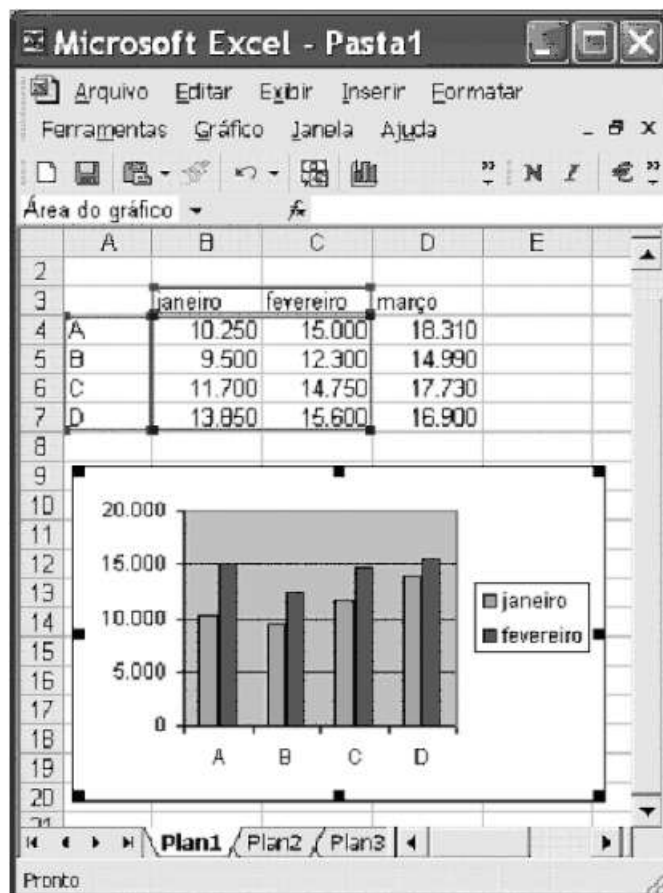
A partir da figura acima, que ilustra uma página *web* contendo informações acerca de processador da Intel, julgue os itens subsequentes.

- 59 O processador Celeron, cujas características estão mostradas na figura, permite a execução de operações no formato de 128 *bits*, diferentemente do processador Pentium, tipicamente um processador de 64 *bits*. Essa característica permite que o processador Celeron seja mais rápido que o processador Pentium na execução de operações, embora apresente maior consumo de energia elétrica que este último, o que impede o seu uso em equipamentos denominados *laptop*.
- 60 Por dispor de 256 kB de memória *cache* L2, o processador Celeron apresentado dispensa o uso de memória RAM para a execução de instruções.
- 61 As informações apresentadas são suficientes para se concluir que o processador Celeron, cujas características estão acima listadas, é capaz de realizar até 3,06 bilhões de consultas de dados em *winchester* por segundo.
- 62 Pelas informações apresentadas, o processador Celeron, cujas características estão acima listadas, é capaz de realizar até 533 milhões de operações por segundo.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de elaboração, julgue os itens a seguir.

- 63 No menu **Arquivo**, encontra-se opção que permite configurar a página do documento em edição. Essa opção pode ter sido usada para se obter o recuo à esquerda observado no parágrafo contendo o trecho “Educação Escolar Indígena”.
- 64 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar sobre qualquer palavra do trecho “Educação Escolar Indígena”; clicar o botão . Após esse procedimento, todo o texto mostrado do documento ficará com o mesmo recuo observado no referido trecho.
- 65 O traço horizontal contínuo observado no documento pode ter sido inserido por meio do seguinte procedimento: clicar sobre qualquer palavra do primeiro parágrafo mostrado; clicar o botão .
- 66 Sabendo que no documento em edição existe um comentário, é correto afirmar que as condições para se inserir esse comentário podem ter sido obtidas clicando-se o botão  ou por meio de opção encontrada no menu **Inserir**.
- 67 A partir da figura mostrada, é correto concluir que, caso seja aplicado um clique duplo sobre a palavra “técnica” e, a seguir, seja teclado , a referida palavra será excluída do documento e será inserido um aviso de exclusão.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Excel 2002 contendo uma planilha em processo de elaboração, julgue os seguintes itens.

- 68 Na situação da planilha mostrada, para se incluir automaticamente no gráfico de barras ilustrado as informações referentes ao mês de “março”, é suficiente arrastar com o *mouse* o canto inferior direito da célula C7 até o canto equivalente da célula D7.
- 69 Na situação da planilha mostrada, ao se clicar os botões **N** e **I**, o estilo de fonte em uso será alterado para negrito e itálico tanto no gráfico de barras como nas células das colunas A, B e C.
- 70 Ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre o gráfico de barras mostrado, será disponibilizada uma lista de opções. Uma dessas opções permite transferir o referido gráfico de **Plan1** para **Plan2**.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na legislação aplicável às sociedades por ações, julgue os itens a seguir.

- 71 As debêntures emitidas pelas companhias integram seu passivo exigível, podendo assegurar ao seu titular juros fixos ou variáveis, participação no lucro da companhia e prêmio de reembolso.
- 72 Considere que uma empresa obteve um empréstimo de R\$ 500.000,00 em 1.º de novembro do ano 1, pelo qual, no vencimento, estabelecido para 30 de abril do ano 2, deverá pagar R\$ 620.000,00. Nessa situação, em 31/12 do ano 1, no balanço patrimonial, a obrigação deverá estar corretamente registrada pelo valor líquido de R\$ 500.000,00.

Acerca da adoção de planos de contas na administração pública, julgue o seguinte item.

- 73 O Plano de Contas Único da Administração Federal aplica-se obrigatoriamente aos órgãos da administração direta, incluídos os órgãos autônomos e os fundos especiais, e a todas as entidades integrantes da administração indireta.

No que diz respeito aos registros contábeis em unidades orçamentárias e administrativas, julgue os itens seguintes.

- 74 No sistema contábil da União, o indicador de conta identificado como USO DO SAFEM indica se a conta pode ser utilizada pelos estados e municípios para integração dos dados das demonstrações contábeis.
- 75 Efetuado em unidade concedente de uma dotação orçamentária, o lançamento abaixo corresponde a uma descentralização de crédito entre unidades de um mesmo órgão.

D – destaque recebido

C – crédito disponível

Em relação às demonstrações contábeis estabelecidas na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

- 76 Considerando que, no balanço financeiro de um órgão da administração, o título restos a pagar figurava tanto na receita como na despesa extra-orçamentária, é correto concluir que existiam, por um lado, despesas orçamentárias do exercício ora encerrado pendentes de pagamento e, por outro lado, despesas orçamentárias do exercício anterior pagas somente no exercício ora encerrado.
- 77 Considere que, ao final do exercício financeiro, um órgão da administração apresentava os seguintes saldos:
- variações ativas resultantes da execução orçamentária: R\$ 250.000,00;
 - variações ativas independentes da execução orçamentária: R\$ 140.000,00;
 - variações passivas resultantes da execução orçamentária: R\$ 270.000,00;
 - variações passivas independentes da execução orçamentária: R\$ 110.000.

Nesse caso, o resultado patrimonial foi um déficit de R\$ 20.000,00.

Com base nos princípios e na legislação societária aplicáveis às demonstrações contábeis, julgue os itens subseqüentes.

- 78 As receitas e as despesas de competência de exercícios anteriores, não computadas nesses exercícios, desde que não decorram de erro ou mudança de critério contábil que não se deva a fatos subseqüentes, serão incorporadas ao resultado em que se descobre o erro.
- 79 É correto classificar a conta antecipação de férias como redutora da provisão para férias quando o saldo líquido dessas duas contas for credor.

A respeito dos critérios de consolidação das demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

- 80 Considere que a controladora A detém 60 % do capital da controlada B; o investimento, avaliado com base na equivalência patrimonial, corresponde a R\$ 420.000,00; os patrimônios líquidos de A e de B são de R\$ 1.000.000,00 e R\$ 700.000,00, respectivamente. Na hipótese de consolidação dos balanços de A e de B, a parcela remanescente do patrimônio líquido de B ficará reduzida a R\$ 280.000,00.

RASCUNHO

Acerca dos critérios utilizados na análise econômico-financeira, julgue os itens a seguir.

81 A fórmula $\frac{E}{\frac{CMV}{360}}$, em que E = estoque médio e

CMV = custo das mercadorias vendidas, indica o número de dias para os quais o estoque é suficiente.

82 Uma empresa apresenta a seguinte composição em suas aplicações e recursos (valores em R\$ 1.000,00):

ativo circulante		passivo circulante	
caixa	10	fornecedores	15
duplicatas a receber	25	tributos sobre vendas a recolher	10
estoques	30	duplicatas descontadas	15
empréstimos a controladas	5	empréstimos bancários a curto prazo	30
realizáveis a longo prazo e permanente	30	exigíveis a longo prazo e patrimônio líquido	30
total	100	total	100

Nessa situação, é correto concluir que as fontes de financiamento da necessidade de capital de giro são constituídas por fornecedores e tributos sobre vendas a recolher.

RASCUNHO

Com relação à doutrina e à legislação aplicáveis à administração orçamentária e financeira pública, julgue os itens seguintes.

83 Entre as práticas questionáveis no trato da questão orçamentária no Brasil, tem-se citado a linearidade, que consiste em uma tendência a autorizar a expansão ou a contração das despesas segundo percentuais diferenciados, conforme as demandas de cada órgão e unidade.

84 O acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária, no âmbito da União, é uma atribuição conjunta de comissão mista específica e das demais comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

85 A medida provisória que contenha a abertura de crédito extraordinário não é passível de rejeição, pelos efeitos da utilização imediata dos recursos correspondentes.

86 Considere que um órgão necessite realizar uma atividade restrita ao exercício financeiro em curso, não prevista no orçamento, e que disponha dos seguintes dados até novembro:

- ▶ a previsão de arrecadação para o ano era de R\$ 500.000,00, sendo arrecadados até então R\$ 550.000,00. Entretanto, não se espera arrecadar nada em dezembro;
- ▶ a despesa realizada acumulada é de R\$ 450.000,00, não sendo necessário efetuar novas despesas até o final do exercício;
- ▶ o resultado patrimonial acumulado é de R\$ 30.000,00 e o superávit financeiro do balanço patrimonial, no início do exercício, era de R\$ 20.000,00.

Nessa situação, é correto concluir que há possibilidade legal de abertura de um crédito especial de até R\$ 150.000,00.

87 O plano plurianual se consubstancia em uma lei que constitui um instrumento normatizador do planejamento de médio prazo, contendo as macroorientações do governo federal, determinantes para o setor público e indicativas para o setor privado.

88 A independência assegurada aos Poderes Legislativo e Judiciário e a autonomia conferida ao Ministério Público é o que lhes possibilita encaminharem suas propostas orçamentárias diretamente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e não à Secretaria de Orçamento Federal do Poder Executivo.

89 O veto presidencial a emendas parlamentares alterando o projeto de lei orçamentária condiciona a execução da respectiva despesa à realização da receita correspondente e à liberação dos recursos necessários à sua efetivação.

90 Considere que, com a preocupação de assegurar a obtenção de receitas necessárias ao atendimento de parte das despesas autorizadas, o Poder Executivo inclua no projeto de lei orçamentária dispositivo autorizando a cobrança de um novo tributo. Nesse caso, o relator do projeto no Poder Legislativo excluirá tal dispositivo, corretamente, por contrariar o princípio da exclusividade.

<p>91 A lei de diretrizes orçamentárias para 2005 define o subtítulo como o menor nível de categoria de programação, que é utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação.</p> <p>92 Na apreciação do projeto de lei orçamentária, os valores acrescidos pela comissão mista do Congresso Nacional por reestimativa de receita somente poderão ser utilizados para a inclusão de novas despesas após a manifestação favorável do órgão do Poder Executivo incumbido de efetuar as estimativas de arrecadação.</p> <p>93 As emendas coletivas ao projeto de lei orçamentária apresentadas pelas comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados podem referir-se a qualquer matéria, independentemente das respectivas áreas de atuação ou do campo temático dessas comissões.</p> <p>94 O denominado orçamento de desempenho, conceito difundido a partir da segunda metade do século passado, é o que apresenta os propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários, os custos dos programas propostos para atingir os objetivos e dados quantitativos que meçam as realizações e o trabalho levado a efeito em cada programa.</p> <p>95 O incrementalismo na elaboração dos orçamentos públicos está associado à inércia, no sentido de que há uma tendência a manter-se em execução o que já foi introduzido. Os novos programas têm, então, de competir com os preexistentes para romper a barreira da escassez de recursos.</p> <p>96 Ao determinar que a lei do orçamento não poderia consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências e quaisquer outras, como uma regra geral, a Lei n.º 4.320/1964 estava em consonância com o princípio orçamentário da especialização.</p> <p>97 O princípio tributário da anterioridade é a expressão constitucional, de modo genérico, de que nenhum tributo será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.</p> <p>98 O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) pode ser utilizado também por entidades públicas estaduais e municipais, para receberem suas receitas, e por entidades de caráter privado, mediante celebração de convênio ou assinatura de termo de cooperação técnica entre os interessados e a Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>99 As multas e os juros de mora dos tributos são classificados como receitas tributárias, segundo o tipo de imposto, taxa ou contribuição.</p> <p>100 O superávit do orçamento corrente é considerado receita corrente; o do orçamento de capital, receita de capital.</p> <p>101 Quando o governo subsidia os produtores, pagando-lhes uma bonificação para que a demanda interna de seus produtos possa ser atendida, o valor correspondente é considerado subvenção econômica.</p> <p>102 Nos casos de contratos com vigência ultrapassando o exercício financeiro de sua assinatura, deverá ser efetuado um empenho global, pelo valor do contrato, e, a cada exercício, um empenho ordinário, pelo total dos pagamentos previstos para o respectivo exercício.</p> <p>103 O suprimento de fundos, por estar sujeito a prestação de contas e devolução do saldo não-utilizado ou de parcelas impugnadas, está sujeito a empenho somente quando o valor efetivamente aplicado e comprovado estiver aprovado pelo ordenador de despesas.</p> <p>104 É vedado conceder suprimento de fundos a servidor cuja prestação de contas referente ao suprimento anterior ainda não tenha sido aprovada.</p>	<p>105 Quando o credor não se habilita ao recebimento de restos a pagar e eles são cancelados antes do final do exercício, no caso de o pagamento ser reclamado nesse mesmo exercício, reconhecido o direito do credor, será feita a reinscrição do valor correspondente, que será pago como despesa orçamentária.</p> <p>106 A manutenção de restos a pagar de exercícios anteriores não causa impacto no superávit financeiro do balanço patrimonial, pois tanto o ativo como o passivo financeiros permanecerão com suas respectivas disponibilidades e obrigações.</p> <p>107 Benefício devido aos servidores integrantes de uma carreira, instituído por legislação promulgada em exercício financeiro anterior ao de seu reconhecimento por via administrativa, deve ser pago à conta de despesas de exercícios anteriores.</p> <p>108 As despesas de exercícios anteriores impactam o resultado orçamentário do exercício financeiro em que são empenhadas.</p> <p>109 A contribuição previdenciária, mesmo constituindo receita do INSS, ingressa diretamente na conta única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil e operacionalizada pelo Banco do Brasil.</p> <p>110 Constituem unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), para efeito de prestação de contas, as empresas privadas concessionárias e permissionárias de serviços públicos.</p> <p>111 Nos processos de prestação de contas encaminhados ao TCU, relativos a entidades sob sua jurisdição que disponham de conselhos curadores, todos os integrantes desses conselhos serão arrolados como responsáveis.</p> <hr/> <p>Acerca dos efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresa, julgue os itens subseqüentes.</p> <p>112 Considere que uma aplicação financeira de R\$ 50.000,00 teve um rendimento nominal de R\$ 5.080,00 no período, pagos no vencimento, e que, nesse mesmo período, a inflação foi de 8%. Nessa situação, o resultado real da aplicação foi de 1,96%.</p> <p>113 Constituem itens não-monetários, entre outros, os estoques, as despesas de ampliação e modernização e os adiantamentos a fornecedores.</p> <hr/> <p>RASCUNHO</p>
---	--

A respeito dos critérios sobre contabilização e avaliação de investimentos societários no país, julgue os itens que se seguem.

114 Para efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial, não basta que exista uma relação de coligação, exigindo a lei comercial que se caracterize também a influência. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), são exemplos de influência da investidora o poder para eleger ou destituir administrador(es), o recebimento sistemático de informações contábeis detalhadas e a participação nas deliberações sociais da coligada.

115 Considere que A tem um investimento em B, avaliado com base na equivalência patrimonial, assim representado:

- participação societária em B: R\$ 800.000,00;
- deságio da participação societária em B: R\$ 50.000,00;
- provisão para perdas permanentes sobre a participação em B: R\$ 30.000,00.

Nesse caso, o valor contábil do investimento, para efeito de apurar-se sua relevância, é de R\$ 820.000,00.

Com base nos critérios aplicáveis à destinação do resultado, julgue os itens a seguir.

116 O tratamento dos juros sobre o capital próprio dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda é o de despesa financeira, segundo as normas da Receita Federal; entretanto, para as companhias abertas, a CVM determina que sejam destinados diretamente de lucros acumulados.

117 Quando ocorre a perda que originou a constituição da reserva para contingências, o lançamento correto a ser efetuado é do tipo:

- D – reserva para contingências
- C – perdas contingenciais

Tomando por base a legislação do imposto de renda (IR) das pessoas jurídicas, julgue os itens seguintes.

118 O arbitramento do lucro da pessoa jurídica é prerrogativa exclusiva do fisco. Em casos fortuitos ou de força maior, como definido na lei civil, diante da impossibilidade de demonstrar o lucro real, caberá ao contribuinte solicitar ao fisco que arbitre o seu resultado tributável.

119 O pagamento mensal do IR por estimativa não dispensa a pessoa jurídica de apresentação da declaração, mas o que tiver sido pago a maior não poderá ser compensado nem devolvido.

Acerca da legislação do IR na fonte, julgue os itens seguintes.

120 Para efeito de cálculo do IR na fonte sobre rendimentos de assalariados, não são dedutíveis as despesas médicas nem as despesas com educação.

121 No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o IR na fonte será calculado sobre o rendimento atribuído a cada mês do período a que se referem tais rendimentos.

Considerando a legislação do ICMS, julgue os itens a seguir.

122 Atualmente, as caixas registradoras já emitem cupons com todos os dados de nota fiscal de talonário, discriminando a mercadoria e permitindo, desse modo, a verificação do caráter de normalidade e pertinência das despesas em relação às atividades e operações da empresa compradora.

123 O ICMS é considerado um tributo não-cumulativo, pois, ao incidir sobre as compras de um determinado período, é recuperável com o ICMS devido sobre as vendas desse mesmo período, desde que umas e outras sejam as mesmas mercadorias.

A respeito da legislação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), julgue os itens que se seguem.

124 Na apropriação ao resultado da despesa com a CSLL, parcela cujo pagamento possa ser postergado, como é o caso da contribuição sobre os lucros ainda não-realizados decorrentes de contratos com entidades governamentais, será lançada corretamente da seguinte maneira:

- D – despesa com a contribuição sobre o lucro
- C – contribuição social sobre o lucro diferida

125 A CSLL, por sua natureza tributária e por ser dedutível do IR, tem prioridade sobre as participações no lucro e sobre a provisão para esse imposto.

Com relação à legislação do PASEP, julgue o item abaixo.

126 A contribuição para o PIS/PASEP é um dos tributos descontados na fonte, quando órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal efetuam pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

Tomando por base a legislação da COFINS, julgue o item a seguir.

127 Para a determinação da base de cálculo da COFINS, excluem-se da receita bruta da pessoa jurídica os seguintes tributos: contribuição para o PIS/PASEP, ICMS devido na condição de contribuinte e ISS.

Com base nos conceitos e aplicações dos custos para avaliação de estoques, julgue os itens subsequentes.

128 Na tomada de decisões, o custo corrente de reposição é mais relevante que o custo histórico, mesmo se corrigido. O custo histórico corrigido traduz uma média nas variações de preços de um conjunto de bens, enquanto o custo corrente de reposição reflete as mudanças nos preços de mercado, constituindo-se no valor provável de aquisição dos novos bens.

129 Quando se calcula o custo das mercadorias vendidas (CMV) em valores históricos — $CMV = \text{estoque inicial} + \text{compras} - \text{estoque final}$ —, a heterogeneidade fica evidenciada pelo fato de se ter dois elementos de estoque em níveis de preços do início e do final do período, e um elemento de fluxo em diferentes níveis de preços ao longo do período.

Ao final do 1.º ano de operações de uma indústria, resolveu-se efetuar uma análise das contas para se conhecer o comportamento dos custos segundo os níveis de atividade. Os dados disponíveis na ocasião eram os seguintes, nos quais foram identificados apenas três itens que se caracterizam como custos variáveis.

horas de mão-de-obra direta	200.000
horas-máquina	400.000
unidades produzidas	50.000
mão-de-obra indireta	R\$ 500.000,00
materiais indiretos utilizados	R\$ 250.000,00
aluguel	R\$ 180.000,00
depreciação	R\$ 240.000,00
manutenção e vigilância	R\$ 60.000,00
seguros	R\$ 48.000,00
força e energia	R\$ 150.000,00
pesquisa e desenvolvimento	R\$ 90.000,00

Considerando os dados acima, julgue os itens a seguir, relativos às aplicações de custos para tomada de decisões.

130 O custo fixo médio mensal foi de R\$ 51.500,00.

131 O custo variável por hora de mão-de-obra direta e por unidade produzida foi de R\$ 7,59 e R\$ 30,36, respectivamente.

Com base nos sistemas de custos e informações gerenciais, julgue o item abaixo.

132 Quando se desenha um sistema de custos com finalidades gerenciais, o foco da informação está voltado para o usuário externo. Disso resulta que a sua implementação não deve estar condicionada à relação custo-benefício.

A respeito das relações custo \times volume \times lucro, julgue o item a seguir.

133 Considere que uma indústria, produtora de 20 unidades de um produto, com custo fixo de R\$ 100.000,00, e lucro operacional de R\$ 50.000,00, seja forçada a reduzir a sua produção para 15 unidades. Nessa hipótese, a empresa deverá aumentar sua margem de contribuição em R\$ 10.000,00, a fim de obter o mesmo lucro operacional.

Considerando os conceitos e aplicações da matemática financeira, julgue os itens subsequentes.

134 Um capital de R\$ 20.000,00, aplicado à taxa de 9,45% em um período em que a inflação seja de 15%, apresentará um rendimento real de 5%, negativo.

135 A diferença entre o rendimento de um capital de R\$ 60.000,00 aplicado à taxa anual de 20%, durante dois anos, capitalizando-se ou não os juros, é de R\$ 2.400,00.

136 O valor atual de um título na data zero corresponde ao valor original da aplicação efetuada pelo investidor.

137 Duas taxas são consideradas equivalentes quando, aplicadas sobre o mesmo capital, por prazos diferentes, geram o mesmo rendimento.

138 A taxa efetiva de um contrato de empréstimo por um ano, à taxa de 15% a.a., com capitalização quadrimestral dos juros, é de 5%.

139 Considere que um comprador deseje adquirir, dentro de três meses, uma televisão que custe R\$ 3.000,00 e disponha, para isso, de R\$ 1.000,00 ao final de cada mês, aplicados à taxa de 5% ao mês (juros compostos). Nessa situação, o valor disponível ao final do período de três meses será superior ao valor da televisão em R\$ 152,50.

140 Em uma operação de empréstimo ou financiamento, durante o prazo de carência, não é paga a amortização do principal nem são devidos os juros.

141 Se uma empresa descontar uma duplicata de R\$ 10.000,00 em um banco, a uma taxa de 20% para o período, o custo efetivo do empréstimo será de 25%.

142 Se um investidor aplicar R\$ 5.000,00 em um ativo que pague 5% a.m. mais correção monetária, o montante que esse investidor receberá após três meses, com correção de 1% a.m., será de R\$ 5.900,00.

RASCUNHO

Com base nos critérios adotados para a avaliação de investimentos e determinação das taxas de retorno, julgue os itens que se seguem.

143 Considere que o investimento em um novo projeto implique o desembolso, no primeiro ano, de R\$ 2.400.000,00, e que o fluxo de caixa anual que se espera obter, a partir do segundo ano, seja de R\$ 600.000,00, durante dez anos. Nessa hipótese, o *payback* do projeto é de 0,4.

144 Na escolha de projetos de investimento, o método do índice do valor presente líquido é útil para a classificação dos projetos. Quanto mais alto o índice, mais desejável é o investimento.

145 Considere que estejam disponíveis os seguintes dados, em reais, relativos à estrutura de capital de uma empresa.

ativo total	5.000,00
exigibilidades	2.000,00
patrimônio líquido	3.000,00

Considere, ainda, que o resultado — positivo — dessa empresa, no período considerado, foi de R\$ 2.500,00, que, deduzido das despesas financeiras de R\$ 700,00, resultou no lucro líquido de R\$ 1.800,00. Nessa situação, é correto concluir que as taxas de retorno do investimento total e do capital próprio foram de 50% e 60%, respectivamente.

146 Taxa interna de retorno é a taxa de juros que iguala o valor presente das entradas e das saídas de caixa relativas ao mesmo projeto.

Com referência à legislação e à doutrina sobre licitações, julgue os itens a seguir.

147 Servidor do órgão ou entidade contratante pode participar de licitação desde que não faça parte da unidade responsável pela concepção e execução das tarefas de realização do processo licitatório.

148 Na compra de bens de natureza divisível, não é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, para se evitar o fracionamento das compras e a perda de economias de escala.

Com base nas disposições sobre responsabilidade fiscal, julgue os seguintes itens.

149 Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica têm de ser utilizados prioritariamente para atender ao objeto de sua vinculação, destinando-se o excesso, em cada exercício, à formação do superávit primário e ao pagamento da dívida.

150 Projeto de lei contemplando ampliação de benefício tributário de que resulte renúncia de receita só pode ser aprovado se for acompanhado de estimativa do respectivo impacto orçamentário-financeiro.